

CAPEs APROFUNDA CORTE DE BOLSAS NA PUC-SP

O que estava ruim ficou pior. Na última edição regular do PUCviva informamos um corte de 129 bolsas de pós-graduação da PUC-SP, ordenado pela Capes, por conta de um remanejamento nas bolsas que seriam oferecidas neste ano. A decisão citava critérios e a PUC-SP era solenemente excluída desses parâmetros. Cursos como o pós em Serviço Social, que é o único na categoria em todo o país com nota 7, perdia bolsas, ao invés de ganhar novas bolsas.

A reitora da PUC-SP, professora Maria Amalia Andery, entrou em contato com a Capes e enviou um recurso solicitando a revisão dos números referentes à PUC-SP. Porém, nesta semana, ao invés da revisão esperada, a agência anunciou a portaria 34 que prevê um corte mais drástico: ao invés das 129 previstas num primeiro momento a PUC-SP deverá ficar sem 339 bolsas de pós-graduação.

Se nas medidas anteriores havia uma trava que impedia que um curso perdesse mais de 10% de suas bolsas (ou que ganhasse mais de 30%), a nova portaria retira estas travas e libera cortes maiores nas bolsas das universidades. A PUC-SP, por exemplo, ficará sem 1/4 das bolsas Capes que estavam em vigor em 2019.

A Capes e o governo federal aproveitaram-se de um momento onde a sociedade mundial e por consequência a brasileira encontram-se em sérias dificuldades com a crise do coronavírus, para desfechar um duro golpe, algo que só as mentes mais depravadas deste país poderiam imaginar, e cortar mais recursos do combalido setor da educação.

POSICIONAMENTO DA ANPG

A Associação Nacional dos Pós-Graduandos emitiu nota pedindo a

imediate revogação da portaria 34: "É com indignação que a Associação Nacional dos Pós-Graduandos recebe a portaria 34/2020, divulgada em 18/3, alterando critérios de distribuição de bolsas.. A medida em questão, se não revogada imediatamente, prolongará o clima de pânico e desesperança entre os pós-graduandos e aprofundará desigualdades já existentes entre programas de pós-graduação, área do conhecimento e regiões brasileiras".

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação lançou nota onde se coloca na mesma linha ,

solicitando a imediata revogação da portaria 34, para que se reestabeleça o caminho do diálogo.

A ANPG lançou um abaixo-assinado pela revogação imediata da portaria 34 da Capes que até o encerramento desta edição já contava com 120 mil assinaturas.

A APROPUC se coloca ao lado dos estudantes e professores de pós-graduação diante de mais esse ataque às suas condições de trabalho e espera que a reitoria e a Fundasp envidem todos os esforços para que mais essa ameaça não atinja nossa vida acadêmica.

PUC-SP continua no enfrentamento ao Coronavírus

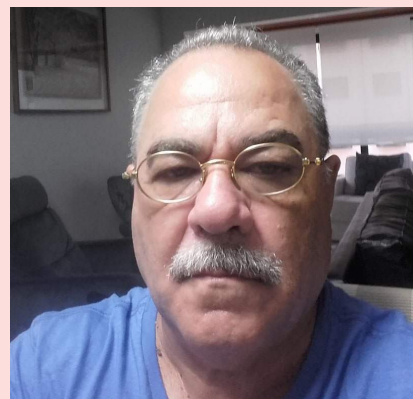
A Fundasp enviou nota aos trabalhadores da PUC-SP que se encontram diretamente vinculados à Mantenedora suspendendo as atividades administrativas presenciais. Segundo a nota divulgada pela mantenedora as exceções ficam por conta do Hospital Santa Lucinda, que funcionará na sua plenitude, atendendo conforme as necessidades dos pacientes e das atividades da saúde. Já a Dercid suspenderá seus atendimentos presenciais não essenciais, mantendo aqueles ligados ao SUS.

Os professores têm se queixado muito das condições impostas pela Reitoria para o "treinamento" que está sendo proposto para as chamadas aulas on-line. Para os docentes o suporte para que eles sejam capacitados para o ensino a distância é precário e não capacita o docente ao exercício das funções determinadas pela Reitoria. O chamado Moodle tem se revelado precário, principalmente pelo pouco espaço disponibilizado para as atividades.

PUC-SP perde o professor Gilberto Caetano

Faleceu no dia 25/3 o professor Gilberto Caetano docente do Departamento de Administração da FEA.

Ingressando na PUC-SP em 1973 o professor foi diretor da Faculdade de Economia e Administração entre 2003 e 2006, sendo posteriormente diretor do campus Santana. Hoje era representante docente da Faculdade no Conselho Universitário, Consun.



Impeachment já!

O pronunciamento do ex-capitão Jair Bolsonaro na noite de terça-feira, 24/3, estremeceu a nação. Ultrapassando todos os limites, atacando a imprensa da forma costumeira, e contrariando seu próprio ministro da saúde, Bolsonaro afirma que devemos voltar à normalidade, abandonando o confinamento em massa e liberando o transporte e as aulas. Citando a sua situação particular Bolsonaro disse que, se atingido pelo vírus nada sentiria devido à sua condição de atleta, o que não deixa de ser uma falácia.

A fala vai na contramão de tudo aquilo que está sendo feito no mundo para a preservação da vida humana. Ao se contrapor a normas que são indicadas pela Organização Mundial de Saúde, OMS, Bolsonaro coloca em risco a população brasileira e comete crime de responsabilidade, previsto no artigo 85 da Constituição Federal. O tom da fala procura prestar-se a críticas explícitas aos governadores do país, que têm se revelado os inimigos da vez do ex-capitão ao adotarem medidas de redução da circulação da população, suspensão de aulas e atividades comerciais.

Porém as declarações de Bolsonaro não são unicamente produtos de uma mente desequilibrada como muitos querem simplistamente supor. Ele reflete o pensamento de uma boa parte do empresariado, notadamente os empresários de direita que estão preocupados com a redução de sua margem de lucros e, em nenhum momento, com a saúde e a sobrevivência de seus trabalhadores. O ex-capitão segue, por exemplo, a linha de pensamento dos empresários Roberto Justus, Luciano Hang e Junior Durski que afirmam que somente 15% dos infectados no grupo de risco irão morrer, o que é preferível a um possível desastre na economia.

Dessa maneira Bolsonaro também pede a volta às aulas, pois os alunos são jovens e não pertencem ao grupo de risco. Mais um argumento falacioso, pois em outros países também é grande o número de jovens que têm morrido contaminados pelo Coronavírus. A suspensão das aulas se dá fundamentalmente pelo contato da geração jovem, portadora assintomática do vírus com grupos de risco.

Enquanto vários países procuram minimizar

os efeitos da pandemia sobre as populações mais carentes, o desgoverno Bolsonaro quer unicamente preservar os lucros do capital. Para isso editou a medida provisória 927 que anula o papel das centrais e dos sindicatos nos processos de negociação, abre a possibilidade de calote no FGTS dos trabalhadores, prorroga a jornada dos trabalhadores da saúde sem aumentar os vencimentos e, ainda que Bolsonaro tenha tirado o item que deixava livre a possibilidade de suspensão de contrato de trabalho por quatro meses, fica aberta a possibilidade de redução da jornada de trabalho e salários. Trata-se, pois de uma tentativa de destruição da vida, medidas que vão em direção oposta às orientações internacionais de saúde. O ex-capitão persegue a destruição do trabalho, ampliando a miséria.

Por outro lado a estratégia de Bolsonaro encaminha-se para agravar o quadro institucional, produzindo tal revolta entre a população que, impulsionando protestos da maioria, justifiquem uma ação da extrema-direita em direção de um endurecimento para um estado de exceção. Durante o pronunciamento do ex-capitão em rede nacional, a população manifestou sua posição contra Bolsonaro por todo o Brasil e em favor do impeachment do presidente.

Nesse momento de nossa história, quando em meio a uma grave crise de saúde, nossos valores democráticos são afrontados de maneira mesquinha, em que os direitos trabalhistas são duramente atacados, a APROPUC e a AFAPUC conclamam a todos a se manifestar, das maneiras possíveis dentro da terrível situação que vivemos, contra este celerado que representa hoje o que há de mais podre no capital financeiro mundial.

A classe trabalhadora, as Centrais Sindicais, as entidades de defesa dos direitos humanos, os coletivos e os partidos políticos de oposição não podem se omitir diante desta atrocidade. Devemos mais do que nunca neste momento construir a Greve Geral.

**Fora Bolsonaro e Mourão!
Impeachment já!**

Diretorias da APROPUC e AFAPUC